

A ATUAÇÃO DO AUXILIAR DE APOIO ESCOLAR NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Maria Cristina Mota Valença¹

Vivianne de Souza²

RESUMO: Este artigo apresenta uma análise teórica sobre o papel do auxiliar de apoio escolar na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com base em revisão bibliográfica. O objetivo principal é compreender os desafios enfrentados por esses profissionais e destacar sua importância no processo de construção de uma escola inclusiva e equitativa. A metodologia adotada consistiu na análise de estudos acadêmicos, legislações e diretrizes educacionais, permitindo discutir estratégias práticas e a necessidade de formação continuada como suporte à atuação inclusiva. Os resultados evidenciam que, embora o auxiliar exerça uma função essencial de caráter educativo, mediador e afetivo, sua atuação é frequentemente limitada por fragilidades estruturais, como a falta de formação específica, ausência de políticas públicas claras e condições precárias de trabalho. Conclui-se que há uma lacuna entre o discurso da inclusão e a prática institucional, exigindo mudanças estruturais, como a criação de planos de carreira, concursos públicos específicos e formação continuada para docentes e auxiliares. Essas ações devem estar integradas a uma transformação cultural no ambiente escolar, pautada pela escuta ativa, respeito à individualidade e estímulo à autonomia dos estudantes com TEA. O fortalecimento das competências pedagógicas, o uso de práticas inclusivas e os recursos diversificados são fundamentais para garantir o direito à aprendizagem e à participação plena desses estudantes no ambiente educacional.

1333

Palavras-chave: Inclusão escolar. Transtorno do Espectro Autista. Auxiliar de apoio escolar.

I. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo contribuir para a compreensão do papel do auxiliar de apoio escolar na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Além disso, propõe-se a abordar os principais desafios enfrentados por esses profissionais, as estratégias utilizadas para apoiar os estudantes e a importância da formação continuada. A partir de uma revisão bibliográfica e análise crítica, demonstra-se que o auxiliar de apoio escolar é peça-chave no processo de construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Para contextualizar a discussão, é importante compreender o que caracteriza o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo Freitas (2021), o TEA é conceituado como uma condição do neurodesenvolvimento, caracterizada por alterações na comunicação, na

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Veni Creator Christian University (VCCU).

² Doutora em Ciências Sociais-Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

interação social e pela presença de comportamentos repetitivos. Trata-se de um espectro no qual suas manifestações variam amplamente entre os indivíduos, levando em consideração o nível de suporte (DSM-5, 2014). O reconhecimento dessa diversidade é essencial para a construção de práticas pedagógicas inclusivas, que respeitem a singularidade de cada estudante.

Destaca-se que os estudos voltados à educação especial, sob a ótica da inclusão escolar, têm desempenhado um papel significativo na formulação de novas metodologias voltadas ao processo de ensino-aprendizagem de estudantes com deficiências, síndromes e transtornos do desenvolvimento. Esse novo paradigma educacional reforça o compromisso da escola não apenas com a instrução acadêmica, mas também com a promoção de valores sociais e humanos, alicerçados na equidade e no respeito à diversidade.

Essa perspectiva encontra respaldo na legislação brasileira, especialmente na Constituição Federal de 1988, que estabelece, como um de seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem qualquer forma de discriminação, conforme disposto no artigo 3º, inciso IV. Além disso, a Carta Magna, em seu artigo 205, afirma que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho". Já o artigo 206, inciso I, determina que o ensino será ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Complementando esse entendimento, o artigo 208, inciso III, assegura que o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino, reafirmando, assim, o compromisso com uma educação de qualidade para todos os cidadãos (CF, 1988).

1334

Observa-se, assim, que o Brasil tem avançado significativamente no campo das políticas educacionais voltadas à inclusão. Um marco importante nesse processo foi a promulgação da Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Essa legislação visa garantir o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, assistência social, trabalho e cidadania para as pessoas com TEA. Complementando esse avanço, a Lei Brasileira de Inclusão — LBI nº 13.146/2015 — instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que assegura e promove a inclusão social das pessoas com deficiência, garantindo-lhes o exercício de seus direitos e liberdades fundamentais em igualdade de condições com os demais cidadãos (Brasil, 2015).

Adicionalmente, destaca-se a Lei Romeo Mion, nº 13.977/2020, que criou a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), facilitando o acesso a serviços prioritários e promovendo maior visibilidade e respeito às necessidades específicas dessa população. Diante desse arcabouço legal, torna-se cada vez mais necessária a adoção de práticas pedagógicas que respeitem as especificidades de cada sujeito, exigindo inovações que vão além dos métodos convencionais de ensino.

No contexto escolar, a efetivação desses direitos esbarra em desafios práticos, tais como: a escassez de profissionais capacitados, a falta de formação continuada dos docentes e a inadequação dos ambientes físicos e pedagógicos. Nesse ambiente, destaca-se o papel do auxiliar de apoio escolar, que atua diretamente no cotidiano dos estudantes com autismo, oferecendo suporte individualizado para facilitar o desenvolvimento nas atividades escolares. Segundo Reis, Prais e Freitas (2025), tem-se nesse profissional a contribuição significativa na inclusão efetiva dos alunos com TEA, ao auxiliar na mediação da comunicação, no desenvolvimento da autonomia e na adaptação das atividades, conforme as necessidades particulares de cada um desses alunos. A presença desse apoio pode representar a diferença entre a permanência física na escola e a participação no processo de aprendizagem.

No que tange à metodologia adotada, a presente pesquisa será delineada segundo uma perspectiva eminentemente qualitativa, dada a natureza interpretativa e analítica que orienta sua condução. A estrutura do trabalho será alicerçada em uma revisão bibliográfica contemplando a seleção e análise de produções científicas veiculadas em periódicos acadêmicos, bem como em outras plataformas digitais de cunho acadêmico. Segundo Chizzotti (2006), as tendências da pesquisa qualitativa configuram-se como um campo transdisciplinar, assumindo múltiplos paradigmas de investigações e métodos. Nesse contexto, o autor afirma

1335

o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível (Chizzotti, 2006, p. 28).

Dessa forma, entende-se que a abordagem qualitativa busca compreender questões de natureza subjetiva, voltadas às experiências, percepções e significados atribuídos pelos indivíduos, não sendo passível de mensuração numérica nem fundamentada em dados estatísticos. Para Prodanov e De Freitas (2013), nas ciências sociais, esse tipo de investigação privilegia a profundidade da análise e a interpretação dos fenômenos em seus contextos específicos.

Seguindo essa perspectiva, foram realizados, em um estágio inicial da pesquisa, foram realizados estudos de ordem teórico-metodológica, os quais possibilitaram um aprofundamento reflexivo e a problematização do objeto de estudo, servindo como base para todo o percurso investigativo. Nesse processo, a revisão da literatura foi conduzida por meio do levantamento de referências relacionadas à temática central deste estudo, com ênfase em textos acadêmicos que abordam, sob diferentes enfoques, essa problemática.

Para a seleção dos materiais, foram observados diversos critérios, incluindo a identificação de elementos-chave como o ano de publicação, a autoria, o país de origem, o idioma, o delineamento metodológico e os principais achados de cada estudo. Essas informações foram fundamentais para a construção de uma análise crítica consistente, que subsidiou a formulação de respostas à questão norteadora da investigação. Segundo Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto. A etapa analítica envolveu uma leitura minuciosa e reiterada dos textos selecionados, culminando na categorização do conteúdo por temas recorrentes, o que possibilitou uma compreensão articulada do fenômeno investigado.

Dessa forma, o presente artigo tem como propósito analisar o papel do auxiliar de apoio escolar no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista. Busca-se abordar suas principais atribuições, os desafios enfrentados no cotidiano escolar e as estratégias empregadas para promover a aprendizagem e a convivência. Além disso, destaca-se a importância de uma formação especializada para o exercício eficaz dessa função essencial no contexto educacional inclusivo.

1336

2. Inclusão escolar e Transtorno do Espectro Autista (TEA)

A educação inclusiva fundamenta-se em uma perspectiva pedagógica que valoriza a participação ativa, equânime e significativa de todos os estudantes nos processos de ensino e aprendizagem, reconhecendo a diversidade como elemento constitutivo e enriquecedor do ambiente escolar. Como enfatizam Melo e Mafezoni (2019), a inclusão não se limita à acessibilidade física dos espaços escolares, mas requer uma mudança significativa na postura dos educadores e na abordagem pedagógica, visando um processo de aprendizagem mais colaborativo.

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), no contexto da educação especial, configura-se como um dos mais relevantes desafios e compromissos da

educação contemporânea. Essa prática reflete não apenas a busca por equidade, mas também a efetivação do direito à educação para todos, com base no reconhecimento e na valorização das individualidades que compõem a diversidade humana. Segundo De Paula Oliveira, Da Silva e Vargas (2023), o Transtorno do Espectro Autista é compreendido como uma condição do neurodesenvolvimento que pode impactar significativamente diversos aspectos da vida cotidiana, especialmente nos domínios da aprendizagem, no desempenho de atividades profissionais e nas interações sociais.

Destaca-se que nos últimos anos avanços legislativos têm reforçado a necessidade de uma escola que reconheça a diversidade humana como princípio pedagógico e ético. Dessa forma, a educação inclusiva emerge como um modelo que busca garantir o acesso, a permanência, a participação e o desenvolvimento pleno de todos os alunos. Essa inclusão no ambiente da educação especial pressupõe o atendimento das necessidades específicas de estudantes com deficiências, transtornos do desenvolvimento e altas habilidades em classes comuns do ensino regular. Segundo Mantoan (2006), essa proposta busca garantir não apenas o acesso à escola, mas a efetiva participação, aprendizagem e desenvolvimento desses alunos em igualdade de condições com os demais.

Dessa maneira, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos (Brasil, 2008). Sasaki (1997) conceitua a inclusão social não como algo já consolidado, mas como

Processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis em uma sociedade na qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos (Sasaki, 1997, p.40).

O Brasil tem adotado um modelo educacional centrado no reconhecimento da diversidade, no qual o estudante com Transtorno do Espectro Autista é visto como sujeito de direitos, cuja inclusão deve ser promovida por meio de ações que contemplem adaptações curriculares, recursos de acessibilidade, apoio especializado e, principalmente, uma atuação colaborativa entre os profissionais envolvidos no processo educativo. Assim, a legislação brasileira tem avançado no reconhecimento dos direitos educacionais de indivíduos autistas, considerando a importância de práticas inclusivas e a presença de profissionais de apoio escolar, como forma de assegurar condições equitativas de ensino.

Segundo Melo (2022), é importante destacar que indivíduos com TEA possuem os mesmos direitos assegurados a todos os cidadãos brasileiros pela Constituição Federal de 1988 e por outras legislações nacionais. Nesse sentido, Carvalho (2004) ressalta que, para que a inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular seja efetiva, é imprescindível a criação de mecanismos que favoreçam sua integração social, educacional e emocional com os colegas e professores, promovendo, assim, o pleno acesso à aprendizagem.

Contudo, apesar dos avanços legais, a inclusão de alunos com TEA ainda enfrenta desafios, como a falta de formação específica de professores e auxiliares, a resistência institucional à diversidade e a escassez de recursos humanos e materiais. Segundo Oliveira e Pilatti (2023), existem fragilidades substanciais nos currículos dos cursos de licenciatura voltados à educação inclusiva, bem como uma carga horária insuficiente destinada à temática. Tal constatação é ratificada por Pletsch (2020), que embora reconheça os avanços legislativos e as políticas públicas direcionadas à promoção da inclusão escolar, ressalta que a formação docente ainda se mostra deficiente quanto à incorporação de estratégias pedagógicas que deem suporte aos desafios que surgem no cotidiano das práticas educativas inclusivas.

Para Brito e Sales, “o TEA [...] é uma alteração comportamental que afeta a capacidade da pessoa em se comunicar, estabelecer relacionamentos e a responder apropriadamente ao ambiente em que vive.” (Brito; Sales, 2014, p. 23). Com base no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5, 2014), a pessoa com Transtorno do Espectro Autista apresenta comprometimentos em três áreas fundamentais do desenvolvimento: comunicação (abrangendo tanto a linguagem verbal quanto a não verbal), interação social (dificuldades nas relações interpessoais e na compreensão de normas sociais) e padrões comportamentais (interesses restritos, movimentos estereotipados e comportamentos repetitivos), compondo a tríade clássica que caracteriza o transtorno. Essas dificuldades exigem estratégias pedagógicas específicas, frequentemente com o suporte direto de um auxiliar de apoio capacitado que atua na mediação da aprendizagem e socialização.

Dessa maneira, o ambiente escolar precisa estar preparado para acolher estudantes com autismo não apenas por meio de estruturas físicas adaptadas, mas sobretudo por meio de práticas pedagógicas sensíveis às especificidades do aluno. Segundo De Souza Alvim (2008), a escola é um espaço privilegiado de construção social e a sua abertura à diversidade neurodivergente é condição essencial para o fortalecimento de uma sociedade mais justa.

Constata-se que a educação inclusiva exige a formação de toda a comunidade escolar: gestores, professores, famílias e auxiliares de apoio. No caso, o auxiliar de apoio possui a função de garantir a mediação entre o estudante especial e o ambiente escolar, contribuindo com estratégias que possibilitem a comunicação, a organização do tempo e espaço e a construção de vínculos. A esse respeito, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência nº 13.146/15, em seu art. 3º, inciso XIII, define

O profissional de apoio escolar: pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas (Brasil, 2015).

Portanto, a referida Lei deixa claro que a presença do auxiliar de apoio é um suporte aos estudantes que enfrentam desafios na execução de atividades no ambiente escolar, porém não substitui o professor. Nesse processo, “[...] é fundamental que o professor nutra uma elevada expectativa em relação à capacidade de progredir dos alunos e que não desista nunca de buscar meios para ajudá-los a vencer os obstáculos escolares” (Mantoan, 2006, p. 48).

3. O Papel do Auxiliar de Apoio Escolar na Inclusão de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista

1339

A efetivação de uma educação inclusiva demanda não apenas diretrizes normativas e metodologias pedagógicas acessíveis, mas também a presença de profissionais capacitados para atender às especificidades dos estudantes com deficiência ou transtornos do neurodesenvolvimento, como é o caso do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Segundo Ortega (2009), a inclusão desses grupos na educação não significa adequá-los ao sistema educacional tradicional, mas permitir reconfigurações entre professores e alunos, baseadas na compreensão das diferenças das maneiras de produzir conhecimento.

Nesse caso, diz Cavalcanti (2016), o auxiliar de apoio escolar configura-se como agente indispensável à promoção da equidade educacional, desempenhando funções que transcendem o apoio técnico-pedagógico e abrangem aspectos relacionais, comportamentais e funcionais do cotidiano escolar. Dado o reconhecimento dessa função estratégica para práticas inclusivas, torna-se pertinente uma análise que contemple sua mediação direta no ambiente escolar, bem como as lacunas e necessidades relacionadas à sua formação e valorização profissional.

Nesse contexto, o auxiliar de apoio escolar destaca-se como o profissional que, sob a orientação da equipe pedagógica, oferece suporte a estudantes com deficiência ou com transtornos do neurodesenvolvimento, especialmente àqueles que demandam apoio contínuo.

Essa atuação está prevista em normativas como a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Educação Básica. A norma determina que os sistemas de ensino matriculem esses alunos nas classes comuns do ensino regular, garantindo, por meio do AEE, serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem barreiras à aprendizagem e à participação social (Brasil, 2009). Complementando, a Lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, reforça esse direito ao prever, em seu artigo 3º, § 1º, a presença de um acompanhante especializado para estudantes com TEA incluídos no ensino regular, sempre que houver comprovação de necessidade. Assim, tanto a Resolução quanto a Lei contribuem para a consolidação de práticas inclusivas, orientando o trabalho do auxiliar de apoio escolar e assegurando o atendimento educacional adequado e de qualidade.

Nesse cenário, no caso específico de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), o profissional de apoio assume um papel fundamental como mediador entre o estudante e o ambiente escolar, favorecendo sua adaptação, participação e desenvolvimento. Isso inclui a facilitação da comunicação com professores e colegas, a adaptação de rotinas, o auxílio na regulação emocional e a minimização de barreiras comportamentais e sensoriais. Segundo Gomes (2024), esse auxiliar de apoio torna-se fundamental, por otimizar o tempo que os alunos permanecem na escola, sendo uma ponte entre as situações de aprendizagem e desenvolvimento.

1340

Outro aspecto relevante, segundo Pinheiro (2016), é a regulação emocional, onde o auxiliar de apoio deve ser capaz de reconhecer sinais de sobrecarga sensorial, estresse e desorganização emocional, intervindo de forma preventiva por meio de pausas programadas, acesso a objetos sensoriais, uso de ambientes tranquilos e outros mecanismos de autorregulação. Assim, o auxiliar de apoio e os professores regentes devem atuar de forma colaborativa, compartilhando responsabilidades no atendimento às necessidades de todos os estudantes presentes na sala de aula. É importante destacar que o aluno com Transtorno do Espectro Autista é responsabilidade de toda a equipe escolar, e não exclusivamente do auxiliar de apoio. Para Prause (2020), é importante a orientação da atuação do profissional de apoio para o desenvolvimento da autonomia do estudante, isso implica não realizar tarefas em substituição ao aluno, mas fornecer o apoio necessário para que ele execute de forma independente,

utilizando-se de estratégias como: fragmentação de tarefas, uso de quadros visuais, reforços positivos e manutenção de ambientes previsíveis.

Segundo Pinheiro (2016), a presença contínua do auxiliar é especialmente significativa em momentos de transição, como trocas de ambientes, intervalos e saídas da sala, situações nas quais muitos estudantes autistas apresentam níveis elevados de ansiedade. Essa mediação, portanto, contribui para a estabilidade emocional e a inclusão efetiva do aluno em todas as dinâmicas escolares.

Para Mousinho *et al.* (2010), entende-se como auxiliar de apoio aquele que, no contexto do processo de aprendizagem, atua de forma a favorecer a interpretação dos estímulos provenientes do ambiente, destacando seus elementos essenciais e atribuindo significado às informações recebidas. E para Gomes (2024), embora a escola regular, de modo geral, demonstre disposição para acolher os alunos da educação especial, esbarra em diversos obstáculos, que evidenciam a necessidade da presença de um mediador que atue como elemento estratégico no fortalecimento do processo de inclusão escolar.

Dessa forma, apesar da relevância crescente na necessidade do auxiliar de apoio escolar, segundo Teixeira e Ganda (2019), observa-se em grande parte das redes públicas brasileiras a inexistência de uma regulamentação unificada, que estabeleça critérios mínimos de formação e ingresso na carreira. Diante disso, muitos profissionais assumem a função sem formação técnica ou pedagógica específica, aprendendo a atuar com base em experiências empíricas no cotidiano escolar. Essa ausência de formação inicial compromete não apenas a qualidade do atendimento oferecido ao estudante, mas também a segurança emocional e física do próprio auxiliar. Em razão disso, o desempenho dessa função requer conhecimentos sobre o TEA, as estratégias de inclusão, a comunicação alternativa, a organização do ambiente, a gestão de crises e a compreensão da legislação educacional vigente.

Com isso, além da formação inicial, destaca-se a importância da formação continuada como direito e, ao mesmo tempo, um instrumento essencial de aprimoramento profissional, por meio de cursos, oficinas, seminários e grupos de estudo, nos quais o auxiliar de apoio pode aprofundar sua prática e acompanhar os avanços na área da educação inclusiva. Para Reis, Prais e Freitas (2025), é necessário que todos os profissionais diretamente ou indiretamente ligados à educação tenham um novo olhar, buscando construir uma pedagogia centrada no aluno, que por sua vez, suscite a construção de uma sociedade que respeite a dignidade e as diferenças.

Entretanto, segundo Reis, Prais e Freitas (2025), grande parte dos auxiliares atua sob vínculos precários, como contratos temporários e terceirizações, com baixa remuneração e falta de estabilidade. Essa realidade impede a continuidade no acompanhamento dos estudantes e fragiliza o processo de inclusão, dado que o vínculo afetivo e pedagógico estabelecido é frequentemente rompido pela rotatividade de profissionais.

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI), Lei nº 13.146/2015, em seu artigo 28 do capítulo IV, incumbe ao poder público a responsabilidade de ofertar, treinar e acompanhar os profissionais de apoio escolar em instituições de ensino públicas e privadas. Dessa forma, torna-se urgente a implementação de políticas públicas que promovam a valorização profissional dos auxiliares de apoio. Entre as medidas necessárias, destacam-se: a definição de cargos específicos via concurso público, o estabelecimento de planos de carreira, o reconhecimento institucional da função e a garantia de acesso sistemático à formação continuada no interior das escolas.

Conclui-se que a atuação do auxiliar de apoio escolar, quando respaldada por formação qualificada e condições dignas de trabalho, torna-se um instrumento potente para a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva, equitativa e centrada no desenvolvimento integral de todos os estudantes.

4. Estratégias e Desafios na Atuação do Auxiliar de Apoio Escolar com Estudantes com TEA

1342

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no contexto da educação regular, demanda a presença de profissionais capacitados e a aplicação de estratégias pedagógicas que respeitem as singularidades dos alunos. No entanto, “para que uma atividade individual ou coletiva seja significativa do ponto de vista da formação, é necessária uma ação sobre elas, convertendo-as em oportunidades formativas” (Warschauer, 2001, p. 272). Evidencia-se que o auxiliar de apoio escolar desempenha papel fundamental nesse processo, por meio da implementação de práticas individualizadas e do manejo emocional adequado, porém, sua atuação é permeada por desafios estruturais, técnicos e afetivos que comprometem a efetividade das intervenções.

Dessa maneira, o papel do profissional de apoio educacional, diante da diversidade característica do TEA, deve pautar-se pela individualização das estratégias pedagógicas e assistivas, a fim de atender às necessidades específicas de cada estudante. Segundo Schwartzman (1995), a sensibilidade para observar aspectos como preferências sensoriais,

interesses pessoais, ritmo de aprendizagem e competências sociais é essencial para a adaptação contínua das práticas.

Cabe ao profissional de apoio realizar o manejo cuidadoso de crises comportamentais, antecipando sinais de desregulação emocional e aplicando estratégias que promovam a autorregulação e o bem-estar, sempre com serenidade e foco na segurança. Outro eixo essencial da atuação do auxiliar está na mediação das interações sociais, promovendo a inclusão do estudante no convívio coletivo por meio do incentivo a atividades cooperativas, da facilitação das trocas comunicativas e do apoio na compreensão das normas sociais. Essa mediação deve respeitar o tempo e os limites do aluno, contribuindo para relações mais harmoniosas e evitando a superproteção.

Nesse sentido, a escola, como instituição educativa, tem a missão de promover um ambiente onde todos os estudantes possam se desenvolver plenamente, valorizando e respeitando suas individualidades. De acordo com Mantoan,

A inclusão também se legitima, porque a escola, para muitos alunos, é o único espaço de acesso aos conhecimentos. É o lugar que vai proporcionar-lhes condições de se desenvolverem e de se tornarem cidadãos, alguém com uma identidade sociocultural que lhes conferirá oportunidades de ser e de viver dignamente (Mantoan, 2003, p. 53).

Dessa forma, a atuação do auxiliar de apoio escolar no atendimento a estudantes com TEA é marcada por inúmeros desafios que comprometem a qualidade do serviço e a efetividade das práticas inclusivas. Entre os principais obstáculos ressalta-se a ausência de formação inicial e continuada adequada às complexas demandas do autismo, o que resulta em profissionais pouco preparados para lidar com comunicação alternativa, manejo comportamental e adaptação curricular. Aponta-se também como desafio a ausência de maior esclarecimento sobre as atribuições do cargo, aliada à falta de regulamentação da profissão, o que contribui para o despreparo dos profissionais e para a adoção de critérios pouco definidos nos processos de seleção. Como consequência, o serviço prestado muitas vezes não cumpre plenamente sua função de apoiar a inclusão social e educacional da criança autista.

Essa realidade se agrava diante da ausência de disciplinas voltadas à educação inclusiva nos cursos universitários, especialmente nas licenciaturas, o que compromete o desenvolvimento de uma compreensão fundamental em um contexto de crescimento significativo nas matrículas de alunos com deficiência em turmas regulares. De acordo com Haas e Baptista (2015), a precariedade do debate acadêmico sobre o tema evidencia a importância de investir na compreensão do conceito de acessibilidade curricular. Essa lacuna, além de

reforçar os mecanismos de exclusão, justifica a falta de formação adequada dos professores para atuar na educação de pessoas com deficiência.

Considerando essa realidade, os currículos dos cursos de licenciatura desempenham um papel fundamental na promoção de uma educação inclusiva, que combate todas as formas de exclusão. No entanto, a exclusão dos auxiliares dos espaços de planejamento pedagógico, das formações internas e dos momentos de reflexão coletiva limita sua integração com a equipe escolar. Essa exclusão dificulta o desenvolvimento de práticas educacionais alinhadas e a troca efetiva de conhecimentos, além de favorecer o desgaste emocional desses profissionais.

Ademais, a indefinição das atribuições do cargo, com a frequência de solicitações para o desempenho de funções que extrapolam suas competências legais, como ministrar conteúdos ou realizar cuidados clínicos, ocasiona conflitos, desvalorização profissional e sobreposição de responsabilidades. Segundo Martins (2014), tal cenário é agravado pela precarização das condições de trabalho, caracterizada por contratos temporários, baixos salários, ausência de plano de carreira e instabilidade, fatores que dificultam a construção de vínculos afetivos e pedagógicos duradouros com os estudantes. Essas formas de vínculo fragilizado não apenas comprometem os direitos dos trabalhadores, mas impactam diretamente a qualidade do atendimento oferecido aos estudantes, sobretudo aqueles que demandam acompanhamento especializado.

1344

Destaca-se que é imprescindível uma problematização mais profunda dos efeitos da terceirização e da temporariedade sobre a construção de vínculos afetivos e pedagógicos com os estudantes. A rotatividade constante desses profissionais inviabiliza relações duradouras e de confiança, fundamentais para o desenvolvimento de uma prática inclusiva eficaz. Assim como a instabilidade contratual rompe laços, impede também o planejamento de ações pedagógicas de longo prazo, gerando descontinuidade e insegurança para os auxiliares de apoio, os estudantes e suas famílias. Além disso, a terceirização frequentemente afasta esses profissionais das equipes pedagógicas escolares, dificultando sua inserção nos processos formativos da instituição. Para enfrentar tais desafios, é necessária a adoção de políticas públicas que reconheçam o papel pedagógico desses trabalhadores, com contratação direta, estabilidade, plano de carreira e formação continuada, como parte de uma concepção de inclusão que vá além do discurso e se materialize em práticas estruturadas e sustentáveis.

No que tange aos aspectos emocionais, a intensa dedicação e as demandas imprevisíveis do trabalho podem ocasionar exaustão, frustração, isolamento e sensação de impotência,

especialmente na ausência de supervisão pedagógica e suporte psicológico. Para De Almeida (2025), o vínculo afetivo estabelecido entre auxiliar e estudante, embora fundamental para o processo inclusivo, torna-se vulnerável diante de mudanças contratuais ou transferências escolares, provocando impactos emocionais relevantes para ambos.

Diante desse cenário, a falta de articulação efetiva entre auxiliar, equipe escolar e família fragiliza a construção de estratégias consistentes e personalizadas, sobrecarregando o profissional que, frequentemente, atua isoladamente. Portanto, a implementação de espaços permanentes de escuta, acolhimento, formação emocional e integração interdisciplinar é fundamental para fortalecer o trabalho coletivo e promover o bem-estar dos envolvidos no processo inclusivo, garantindo a participação em todas as atividades escolares, suprimindo as suas necessidades básicas e funcionais, sem prejuízos, constrangimentos ou exposições. Gomes *et al.* (2020), ainda reforçam a relevância da relação entre o profissional de apoio e o aluno estar pautada no respeito ao ser humano, considerando seus saberes, ritmos, desejos e interesses.

Sob essa perspectiva, quando devidamente respaldado e valorizado, o auxiliar de apoio escolar constitui agente catalisador do desenvolvimento integral do estudante com TEA, promovendo autonomia, habilidades sociais, autoestima e redução da ansiedade, elementos fundamentais para a construção de uma escola inclusiva, equitativa e respeitosa à diversidade.

1345

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) representa um dos maiores desafios para a construção de uma escola equitativa e acessível, por isso, a presença do auxiliar de apoio escolar como figura estratégica nesse processo revela-se essencial para garantir que o aluno com autismo tenha não apenas acesso físico ao ambiente escolar, mas condições reais de participação, aprendizagem e desenvolvimento.

A atuação desse profissional, observada ao longo deste trabalho, vai muito além do cuidado físico. Trata-se de uma função educativa, mediadora e afetiva, que exige preparo técnico, sensibilidade emocional e capacidade de articulação com toda a comunidade escolar. No entanto, apesar de sua importância, o trabalho do auxiliar de apoio ainda é marcado por profundas fragilidades estruturais, tais como a falta de formação específica, a ambiguidade de funções, a ausência de políticas públicas claras e a precarização das condições de trabalho, que dificultam o pleno desempenho de suas atribuições e comprometem a qualidade do apoio prestado ao estudante com TEA. Por conseguinte, essa realidade revela uma lacuna entre o

discurso da inclusão e as práticas institucionais, exigindo a superação de medidas pontuais e o avanço rumo à construção de uma política pública contínua.

Salienta-se que superar essas barreiras exige um compromisso coletivo das redes de ensino, gestores, legisladores e formadores. Por essa razão, é necessário admitir que a valorização do auxiliar de apoio escolar começa pelo seu amparo legal, o que implica sua inclusão formal nos quadros das secretarias de educação, com a criação de planos de carreira próprios que garantam estabilidade, remuneração justa e progressão funcional. Ademais, a realização de concursos públicos específicos para esses profissionais é uma medida essencial para combater a rotatividade, promover vínculos duradouros com os estudantes e assegurar a continuidade pedagógica nas práticas de inclusão.

Portanto, essas ações devem convergir para uma transformação cultural no ambiente escolar, alicerçada em uma pedagogia inclusiva que reconheça e valorize o estudante com TEA, por meio da escuta ativa de suas necessidades, do respeito à sua individualidade e do estímulo à autonomia. Dessa forma, o trabalho do auxiliar de apoio escolar precisa ser compreendido como elemento fundamental de uma proposta educacional inclusiva e transformadora, que reconhece a diversidade como valor e assegura o direito de todos à aprendizagem. Assim, garantir a formação adequada dos auxiliares e dos professores é um passo fundamental para a construção de práticas inclusivas coerentes, efetivas e corresponsáveis.

1346

Por fim, para que a inclusão escolar se concretize conforme preconiza a legislação vigente, torna-se necessária a implementação de políticas sistemáticas de formação continuada para os profissionais da educação, pois a carência de preparo teórico e prático tem levado muitos docentes a transferirem, de modo indevido, a responsabilidade pelo processo de ensino-aprendizagem ao auxiliar de apoio. Destaca-se, para isso, a importância do fortalecimento das competências pedagógicas, da construção de práticas inclusivas efetivas e do uso de recursos didáticos diversificados, que favoreçam o desenvolvimento integral dos estudantes com Transtorno de Espectro Autista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 5 out. 1988

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Ministério da Educação/SEESP, 2008.

_____. Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009. Estabelece Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica.

_____. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRITO, Anita; SALES, Nicolas B. *TEA e inclusão escolar: um sonho mais que possível*. São Paulo: Edição do Autor, 2014.

CARVALHO, Rosita Edler. *Educação inclusiva com os pingos nos “is”*. S.l.:S.n 2004.

CAVALCANTI, Rhayanna Jéssica Oliveira. *A interface entre o psicopedagogo e o auxiliar de inclusão: promovendo a equidade na escola*. S.l; S.n. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006

DE ALMEIDA, Andréia. *A Mediação Pedagógica Enquanto Estratégia de Ensino: Reflexões sobre Adolescentes com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Técnico*. Revista Acadêmica Online, v. 11, n. 55, p. e450-e450, Disponível em: <https://revistaacademicaonline.com/index.php/rao/article/view/450>; 2025. Acesso em: 10 fev 2025. 1347

DE PAULA OLIVEIRA, Sâmela; DA SILVA, Daniele de Souza Ferreira; VARGAS, Thamyres Bandoli Tavares. *A Experiência do Cuidado: Como os Responsáveis lidam com o Processo de Envelhecimento da Pessoa com TEA*. Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação, v. 9, n. 10, p. 213-231, 2023. Disponível: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11601>. Acesso em: 25 abr. 2025

DE SOUZA ALVIM, Márcia Cristina *et al.* a educação inclusiva na Constituição Federal de 1988. *Revista Direitos Humanos Fundamentais*, v. 8, n. 1, 2008. Disponível em: <https://revistas.unifio.br/rmd/article/view/183>. Acesso em: 29 abr 2025.

FREITAS, Maria Cecília Martinez Amaro *et al.* *Desafios na alfabetização de crianças com TEA*. Revista Educação, Ciência e Inovação, v. 6, n. 1, 2021. Disponível em: <https://anais.unievangelica.edu.br/index.php/pedagogia/article/view/6931>. Acesso em: 15 fev 2025

GIL, Antônio Carlos *et al.* *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Adriana Leite Limaverde *et al.* *Profissionais de apoio em sala de aula comum: reflexões sobre concepções e práticas no contexto escolar*. Revista Educação e Cultura Contemporânea, Rio de Janeiro. v. 17, n. 50, p. 396-420, 2020.

Disponível:<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/issue/view/410>. Acesso em 11 fev 2025

GOMES, Marise Miranda. *O orientador educacional, o mediador escolar e a inclusão*. Wak, S.l. 2024.

HAAS, Clarissa.; BAPTISTA, Claudio Roberto. *Currículo e educação especial: uma relação de (re)invenção necessária a partir das imagens-narrativas dos cotidianos escolares*. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação E Pesquisa Em Educação, 37^a., 2015, Florianópolis. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt15-4199.pdf> >. Acesso em: 20 mar 2025.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* São Paulo: Moderna, 2006.

MARTINS, Silvia Maria. *O profissional de apoio na rede regular de ensino: a precarização do trabalho com os alunos da Educação Especial*. Série-Estudos, n. 37, p. 227-246, 2014. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/763>. Acesso em: 15 mai 2025

MELO, Douglas Christian Ferrari de; MAFEZONI, Andressa Caetano. *O direito de aprender e os alunos público-alvo da educação especial*. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/44264/1/2019_art_dcfmeloacmafezoni.pdf. Acesso em: 25 abr 2025.

MELO, Mariana Lourenço. *O direito e o autismo: uma análise à luz do princípio da igualdade material*. 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/6136/1/Ao7-> Acesso em: 30 abr 2025.

1348

MOUSINHO, Renata et al. *Mediação escolar e inclusão: revisão, dicas e reflexões*. Rev. psicopedag. São Paulo, v. 27, n. 82, p. 92-108, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-848620100001000010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 20 mai 2025.

OLIVEIRA, Adriane Dall'acqua de; PILATTI, Luiz Alberto. *Educação inclusiva na formação inicial de professores: revisão sistemática*. Revista Even Pedagógica, v. 14, n. 2, p. 359-375, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/373035058_Educacao_inclusiva_na_formacao_inicial_de_professores_revisao_sistemica. Acesso em: 10 mai. 2025.

ORTEGA, Francisco. *Deficiência, autismo e neurodiversidade*. Ciência & saúde coletiva, 14, 67-77. Disponível em: https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v14n1/a12v14n1.pdf. 2009. Acesso em: 25 Mar. 2025.

PRAUSE, Vanessa Fernandez et al. *Transtorno do Espectro Autista: atuação do professor de apoio pedagógico no ensino fundamental*. 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5205>. Acesso em: 20 mai 2025

PINHEIRO, Patrícia Alexandra Loureiro. *As tecnologias da informação e comunicação na comunicação aumentativa e alternativa: Um estudo em unidades de educação especial*. 2016. Dissertação

de Mestrado. Universidade do Minho (Portugal). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/2b57de15316da42e7aa758d5714ecf89/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y>. Acesso em: 20 mai 2025

PLETSCH, Márcia Denise. *A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas*. Educar em revista, p. 143-156, S.l. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40602009000100010>. Acesso em :25 mai 2025

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição*. Editora Feevale, S.l.2013.

REIS, Leandra Regina Lima Vieira dos; PRAIS, Jacqueline Lidiane de Souza; FREITAS, Flaviane Pelloso Molina. *O papel do profissional de apoio na inclusão do estudante com TEA: um estudo em uma escola de Rondônia*. Educação em Análise, Londrina, v. 10, p. 1-21, 2025. DOI: 10.5433/1984-7939. 2025. v10.51463. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/educanalise/article/view/51463>. Acesso em: 4 mai 2025.

SCHWARTZMAN, José Salomão. *Autismo infantil*. São Paulo-SP: Memnon, 1995.

SASSAKI, Romeu Kazumi *et al.*. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: Wva, 1997.

TEIXEIRA, Maira Cristina Souza; GANDA, Danielle Ribeiro. *Inclusão e autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil*. Psicologia e Saúde em debate, v. 5, n. 2, p. 125-135, 2019. https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v14n1/a12v14n1.pdf. 2009. Acesso em:25 Mar. 2025.

WARSCHAUER, Cecília. *Rodas em Rede: Oportunidades Formativas na Escola e Fora Dela*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.